

Cristina Carneiro Rodrigues

Universidade Estadual Paulista
UNESP São José do Rio Preto
cristina@ibilce.unesp.br

PREFÁCIOS E NOTAS DO TRADUTOR: TENSÃO E ACOLHIMENTO NA RELAÇÃO COM O OUTRO

Prefaces and translator's notes: tension and welcoming in the relationship with the other

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo examinar os paratextos, especialmente prefácios e notas, escritos por tradutores de relatos de viagem de estrangeiros pelo Brasil, com o propósito de evidenciar qual foi a perspectiva que orientou essas traduções, se a perspectiva privilegiada é a do autor estrangeiro ou a do leitor. As obras examinadas foram publicadas pela Companhia Editora Nacional na Coleção Brasileira. A maior parte dos tradutores constrói o discurso de acolhimento ao autor nos prefácios, mas as traduções, os prefácios e as notas revelam certa tensão entre o declarado e o efetivamente realizado, havendo momentos de ruptura em que os sentidos do autor estrangeiro são questionados ou até mesmo negados. Em minha análise, isso ocorre porque as várias forças que atuam sobre o traduzir, como o autor, o tradutor, o texto a ser traduzido, as línguas envolvidas, o leitor, não agem linearmente, estão em constante tensão. Como resultado, não só há perspectivas diferentes adotadas em diferentes traduções, como também em uma mesma tradução há momento em que o pólo estrangeiro é privilegiado e momentos em que o pólo doméstico aflora.

Palavras-Chave: relatos de viagem; paratextos; história da tradução no Brasil; Companhia Editora Nacional; Coleção Brasileira.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to examine the paratexts, mainly prefaces and notes, written by translators on writings of foreigners' travels in Brazil, with the purpose of evidencing which perspective guided their translations, if the perspective of the foreign author is adopted or if it is that of the domestic reader. The works examined were published by the Brazilian publishing house Companhia Editora Nacional in the Brasileira Collection. Most of the translators adopted a welcoming discourse to the author in their prefaces, but their prefaces, translations and notes reveal a certain tension between what they stated and what was effectively done, with moments of rupture in which the author's meanings are questioned and even denied. According to my analysis, this happens because the several forces acting on the translation, the author, the translator and the text to be translated, the languages involved, the reader are not working linearly, but in constant tension. As a result, different perspectives are adopted in different translations, but in the same translation there are moments in which the foreign pole is privileged and moments in which the domestic pole emerges.

Keywords: Travel writing; paratexts; translation history in Brazil; Companhia Editora Nacional; Brasileira Collection.

Anhanguera Educacional S.A.

Correspondência/Contato
Alameda Maria Tereza, 2000
Valinhos, São Paulo
CEP 13.278-181
rc.ipade@unianhanguera.edu.br

Coordenação
Instituto de Pesquisas Aplicadas e
Desenvolvimento Educacional - IPADE

Artigo Original
Recebido em: 22/05/2010
Avaliado em: 30/05/2010

Publicação: 30 de setembro de 2010

1. INTRODUÇÃO

Algumas situações tradutórias singulares geram questões de relacionamento com o outro – questões éticas, portanto – que parecem interessar apenas àquelas situações específicas mas que acabam sendo relevantes também para conduzir uma reflexão sobre a tradução em geral. O caso de Nida é bastante conhecido – questões que levanta na tradução da Bíblia acabaram se estendendo à tradução em geral. Por exemplo, a categorização que construiu na década de 1940 para descrever a tradução intercultural (NIDA, 1964)¹ é ainda hoje utilizada por muitos teóricos que examinam essa questão.

Sherry Simon também examina uma situação aparentemente bastante específica, a da tradução no Canadá. Mas, como ela mesma declara, a tradução canadense “coloca em um contexto sócio-histórico temas sobre língua e alteridade que têm informado a teoria da linguagem desde, pelo menos, os Românticos alemães” (SIMON, 1992, p. 172, minha tradução). Seus textos são especialmente relevantes para o exame da condição tradutória em contextos pós-coloniais ou assimétricos.

O material que aqui examino também parece muito particular de uma época e um lugar: as traduções das narrativas de viagens pelo Brasil publicadas pela Companhia Editora Nacional na Coleção Brasileira. Mas os dados que levantei nos leva a pensar sobre questões éticas mais amplas, sobre os limites e as possibilidades de relacionamento com textos estrangeiros. E não apenas referentes à tradução de textos não ficcionais, como é o caso, mas também de textos de ficção e técnicos ou científicos.

Com o objetivo de evidenciar qual foi a perspectiva que orientou essas traduções e o tipo de relacionamento que os tradutores mantiveram com os textos de partida, seus autores e suas línguas, analiso alguns prefácios e notas de tradutores brasileiros que traduziram relatos de estrangeiros em viagens pelo Brasil. Esses viajantes tanto foram cientistas – os chamados viajantes-naturalistas – que descreveram a geografia, a geologia, o homem, a flora e a fauna do Brasil, como foram religiosos, navegantes, comerciantes, soldados e aventureiros em geral.

Desde o século XVI os europeus se interessaram pela América. Especialmente franceses, italianos, alemães, holandeses, ingleses escreveram obras históricas, relatos de viagem, atlas, romances e peças teatrais ambientados na América, assim como produziram reflexão filosófica a partir de questões relacionadas aos descobrimentos. De

¹ O artigo “*Linguistics and ethnology in translation problems*” foi originalmente publicado no periódico *Word*, em 1945, mas só tive acesso à sua republicação na coletânea *Language in culture and society*, organizada por Hymes em 1964.

acordo com França (2009, p. 25), “nenhum gênero artístico ou cultural passou totalmente imune à América”. E essas obras já começaram a ser traduzidas no século XVI, para o latim e para outras línguas. Entretanto, França (2009) salienta que muitos relatos de viajantes, especialmente os do século XVI e do início do XVII, são fantasiosos e alguns veiculam histórias muito semelhantes, como, por exemplo, registrar a existência de leões, tigres e ursos no Brasil.

Apesar de essas narrativas não terem sido traduzidas para espanhol ou português até os séculos XIX e XX, as notícias sobre o Brasil invadiram a Europa e criaram um série de “imagens, conceitos e expectativas acerca do lugar e de sua gente” (FRANÇA, 2009, p. 65). Apesar de esses relatos afirmarem ter o compromisso com a autenticidade – expresso em prefácios, dedicatórias, notas – se declararem fiéis à verdade nua, esses viajantes criaram uma imagem de um Brasil em que a terra é fértil, mas mal cultivada, a flora é exuberante, a fauna é variada, o clima é salubre e o homem, o colono, é preguiçoso, desonesto, ignorante e cruel.

Ao tentarem construir esse retrato supostamente preciso, os viajantes acreditavam estar traduzindo ou transportando a exata realidade, sem a interferência de uma perspectiva. Exemplar dessa crença na verossimilhança é a declaração do viajante inglês do fim do século XIX, o tradutor Richard Francis Burton, em sua nota introdutória:

Ao esboçar os PLANALTOS BRASILEIROS *tal como os vi*, despi o meu trabalho de qualquer preocupação de “enfeite”, o que será lamentado pelos viajantes “respeitáveis”. Serão antes uma série de fotografias, secas e rudes, de linhas ásperas e nítidas, com cores vivas e sem o menor vislumbre de brilho. O meu esboço, realmente, só aspira a uma qualidade: *ser fiel*. [...] Julguei de melhor aviso pôr deante do leitor certos trechos em forma de diário, não para me poupar o trabalho de redação, mas para *apresentar a mais simples e natural descrição da viagem*. (BURTON, 1941, p. 37-38, grifos meus)

No entanto, ao lermos grande parte dessas narrativas vemos que foram construídas a partir de uma perspectiva – a perspectiva criada pela própria literatura de viagem que se define pela imagem modelada pelo polo hegemônico ao olhar o subordinado. Burton (1869, p. 104), por exemplo, claramente afirma a superioridade europeia em relação às chamadas “terras jovens” [*young lands*], como Brasil e Estados Unidos, que ainda teriam muito a aprender com as culturas ocidentais mais antigas.

Em *Across the lines*, Michael Cronin (2000) explora a relação entre viagem, tradução e linguagem, enfatizando que as teorias da viagem negligenciam um aspecto que o autor considera fundamental: a relação entre o viajante, a linguagem e, conseqüentemente, a tradução. De acordo com Cronin, esses aspectos não seriam abordados na literatura por dois motivos: devido à crença no mito da transparência da linguagem e à noção de que a representação tem bases universais. Efetivamente, se considerarmos que a linguagem é transparente, a tradução e o relato são mero transporte

de significados ou da realidade do outro. Se julgarmos que a representação se baseia em universais humanos, os valores culturais e estéticos dos povos hegemônicos são modelares para toda a humanidade.

Ainda que sejam apenas crenças, são elas que orientam os relatos, pois a relação com o outro que é construída pelos viajantes é de total acolhimento – eles acreditam observar e descrever o outro exatamente como ele é: com respeito, com precisão ou com fidelidade incondicionais, como se lê no texto de Burton (1941), acima.

Há uma relação entre o viajar e o traduzir: ambas são operações transformadoras e mediadoras. São atividades diferentes, mas têm em comum pelos menos dois pontos: o viajar e o traduzir relacionam-se à experiência com a alteridade pela linguagem, e ambas as atividades esbarram na impossibilidade de reprodução do original em sua totalidade. Como ressalta Cronin (2000), é apenas em uma tradição que concebe tradução como transporte ou a viagem como total acolhimento que se imagina ser possível ouvir a voz do outro sem problematização. Somente a partir do esquecimento de que “a tradução exerce um poder enorme na construção de representações de culturas estrangeiras” (VENUTI, 2002, p. 130) é que se pode imaginar que o outro pode ser verdadeiramente representado em um relato de viagem ou em uma tradução.

Essa não problematização é evidente em Burton (1941), mas são comuns declarações similares, atestando a fidedignidade, o valor documental e histórico das descrições em prefácios, orelhas e notas introdutórias das traduções dos relatos de viajantes. As traduções que analiso neste texto foram publicadas na Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional, mas há outras Coleções Brasileiras lançadas nos anos 1930, 1940 e 1970, e em todas encontramos esse tipo de observação².

Em algumas obras, entretanto, além desse tipo de declaração atestando a exatidão e o valor documental do texto, encontra-se a expressão do acolhimento, especialmente do tradutor, ao autor estrangeiro. É o caso do “Prefácio do tradutor”, do folclorista e historiador Luiz da Câmara Cascudo, publicado em *Viagens ao Nordeste do Brasil*, de Henry Koster, na Coleção Brasileira em 1941, em que se lê: “quanto viu, registrou fielmente. Para esse anglicano sizoado [...], a lei mais exigente é a da credibilidade” (CASCUDO, 1941, p. 10). O tradutor inclui elogios de terceiros, ao afirmar

² “Brasileira” é a denominação de conjuntos de textos ou de outros materiais como selos, pinturas, livros, gravuras, sobre o Brasil. Das coleções de livros, as mais importantes são: a “Brasileira”, da Companhia Editora Nacional, publicada a partir dos 1930; a “Documentos Brasileiros”, lançada nos anos 1930 pela José Olympio; a “Biblioteca Histórica Brasileira”, da Martins, editada nos anos 1940; a “Reconquista do Brasil”, publicada pela EDUSP em conjunto com a Itatiaia nos anos 1970. Todas incluem traduções entre seus títulos.

que “Richard Burton deu-lhe um título que ficou. Chamou-o *the accurate Koster*, o exato Koster. O exato Koster é digno do título” (p. 11). Além de Burton, outros teriam consultado o autor: “nenhum dos grandes viajantes e naturalistas que visitaram o Brasil no século XIX deixa de citar Koster, com distinção destacada, endossando observações ou dispensando averiguações” (p. 20). Cascudo não poupa elogios ao autor, e declara que sua palavra é “limpa e clara de testemunha”, seu texto “é um instantâneo sem retoque da época” (p. 23). Cascudo, um dos mais respeitáveis pesquisadores do folclore³ do Brasil, após tecer essas considerações, finaliza seu texto da seguinte maneira: “é esse Henry Koster que sonhei restituir à circulação intelectual do Brasil, no seu livro claro, ensopado no leite da ternura humana” (p. 27).

No prefácio, Cascudo tece o discurso de acolhimento ao outro. Mas esse acolhimento por parte do tradutor, que parece incondicional no portal de entrada do texto, não se confirma de maneira tão irrestrita no decorrer da tradução. Há rupturas – poucas, mas suficientes para evidenciar como é difícil para o tradutor manter uma ética do acolhimento. Apresento a seguir alguns trechos em que essa dificuldade aflora.

No momento em que se lê “fomos a Igarassú” (KOSTER, 1941, p. 51), Cascudo insere uma nota, afirmando ter corrigido o topônimo no texto: “... *proceeded to Iguaraçu*. É uma das raras grafias erradas em Koster. O certo é Igarassú, denominação ultimamente restabelecida oficialmente pelo Governo de Pernambuco” (p. 61).

Em outros pontos, promove o abasileiramento, ou a domesticação, nos termos de Venuti (1995, 2002), do texto, explicando o que fez em nota. Por exemplo, no trecho sobre Fernando de Noronha, lê-se que havia “um departamento administrativo na província” (p. 71); em nota, Cascudo explica como o autor apresentava a questão: “... *political arrangement*, escreveu Koster” (p. 75). A descrição dos apetrechos pendurados na sela de um nordestino inclui o “fumo” (p. 134); o tradutor esclarece, em nota, sua opção: “...*tobacco*. Tabaco, no sertão, é o rapé. Traduzi pelo nome usual e comuníssimo” (p. 145). Quando Koster diz “houve mamulengo” (p. 300), há uma nota informando a palavra usada pelo autor: “*puppet-shows*, teatro de bonecas, João Redondo. Se Koster perguntou o nome do brinquedo, disseram-lhe naturalmente que era um *mamulengo*” (p. 308).

Nesses três exemplos – departamento administrativo, fumo e mamulengo – há abasileiramento. Mas a estratégia de domesticação não é a única usada, pois, em certos casos, Cascudo deixa no texto a estranheza marcada por Koster, ainda que em nota atribua o seu próprio sentido. Por exemplo, Koster relata que “Feliciano matou um

³ Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/cultura-brasileira/ult1687u16.jhtm>>.

antílope (p. 195)”; o tradutor explicita o escrito pelo autor e acrescenta sua interpretação: “*Feliciano shot an antelope*, diz Koster. Trata-se, evidentemente, de um veado” (p. 223). Em outro momento, vemos que Koster viu passarem “tres negros com gaitas de foles” (p. 272); em nota, Cascudo reproduz o trecho em inglês e acrescenta um esclarecimento ao leitor:

Three negroes with bag pipes... Nunca encontrara menção da gaita de foles tocada no Brasil e por negros. Linhas adiante, Koster fala nos Chameleiros (que conservei na versão). A chamelela é uma flauta delgada, que tem o som de tiple mui agudo, de pequenas dimensões [...]. Naturalmente o *bag pipe* é apenas uma gaita, tão popular entre os negros. (KOSTER, 1941, p. 281)

Esses dois últimos casos, do antílope e da gaita de foles, são muito interessantes como ruptura: não sou eu, o tradutor, que introduz um antílope no nordeste brasileiro, ou retrata negros tocando gaita de foles – o responsável é ele, o autor. Os advérbios “evidentemente” e “naturalmente” nas notas revelam a tentativa de Cascudo de estabelecer seu sentido no texto. Entretanto, apenas o fato de as notas existirem já gera certa dispersão de sentidos, demonstrando haver certa tensão em relação ao acolhimento ao autor, pois o tradutor dele se distancia. O polo estrangeiro aflora na tradução, mas a nota transfere o foco para o doméstico: o veado e a gaita.

Não se pode dizer, entretanto, que é uma ética do acolhimento ao autor que orienta todas as traduções da Brasiliana, pois certos tradutores explicitam no prefácio seu distanciamento em relação ao autor. É o caso da introdução de *História das guerras e revoluções no Brasil de 1825 a 1835*, obra do mercenário alemão Carlos Seidler [Karl Friedrich Gustav Seidler], publicada em 1939. A introdução foi escrita por Alfredo de Carvalho, membro de diversas entidades literárias e científicas nacionais e internacionais, e é intitulada “Memórias de um oficial de caçadores”. Nela o tradutor explica que muitos sabem que D. Pedro I tinha preferência por sua guarda de mercenários estrangeiros, mas poucos sabem que muitos dos oficiais que aqui estiveram escreveram e publicaram narrativas sobre sua estada “na terra lendária do ouro e dos diamantes” (CARVALHO, 1939, p. 25).

Carvalho afirma que as narrativas desses mercenários são documentos históricos, ainda que mal escritos e rancorosos. Seriam relatos de experiências trágicas e trariam recriminações contra o povo e as coisas do Brasil:

são quasi todos libellos virulentos, alicantinas rancorosas, traduzindo em linguagem mal limada, e, por vezes, assás grosseira, despeitos odientos e desilusões amargas, descrevendo tragicas experiencias ou resumbrando recriminações sem numero contra a gente e coisas do Brasil” (p. 25).

Haveria “em todos [os relatos] a mesma nota falsa de vingança impotente” (p.25).

Em sua introdução, Carvalho comenta três obras de Seidler, informando que “seu conjunto oferece um quadro bastante vivo, mas nem sempre verdadeiro, da situação dos militares estrangeiros em face dos nacionais” (p. 30). Apesar de salientar o “vigor descritivo” de Seidler, aponta que o rancor seria a nota dominante de sua narrativa, “prejudicando a veracidade da maior parte de suas informações” (p. 30). Seidler seria “jactancioso”, gerando suspeita de “mendacidade”, especialmente em relação às suas aventuras amorosas e aos duelos em que sempre é vitorioso. Finaliza, afirmando que em suas memórias “há mais imaginação que realidade” (p. 30).

É curioso ler um portal desse tipo, por um lado afirmando que a narrativa traduzida é um documento histórico, mas, por outro lado, é mal escrita, rancorosa, apresenta o Brasil de modo negativo e pode ter trechos inverídicos. Note-se que se trata de um relato da primeira metade do século XIX, época em que não mais circulam, de acordo com França (2009), as narrativas fantasiosas que circulavam pela Europa nos séculos XVI e XVII. Ainda assim, há, na introdução do tradutor do início do século XX, um aviso de que partes do relato podem ser fictícias. Se não há o acolhimento do autor por parte do tradutor, há o acolhimento do leitor, pois Carvalho o alerta para não acreditar em todas as aventuras narradas.

Evidencia-se uma tensão: quem é o outro a ser acolhido – o autor, ou o leitor? Em tradução, pensamos na ética como relações que se estabelecem entre o autor, o tradutor, o texto a ser traduzido, as línguas envolvidas e, para muitos, o leitor. Só que essas relações não são lineares e estão em constante tensão – as forças atuam em diferentes direções. E nem sempre com o mesmo poder ou a mesma potência.

Nesse caso, Alfredo de Carvalho alerta o leitor para o que está prestes a ler, colocando parcialmente em dúvida a veracidade do relato do autor em sua introdução. É no leitor, portanto, que o tradutor centra seus esforços. Entretanto, apesar de o livro ter, na página de rosto, a informação de que a introdução e a tradução são de Carvalho e de, ao lado, haver uma cópia de seu retrato, não há notas assinaladas como suas. Isso significa que ele busca, no corpo do texto, não interferir na leitura, deixando ao leitor a tarefa de decidir o que é ou não falácia do autor. Mas o tradutor não declara, na introdução, ter tomado essa decisão.

O escritor, pintor, poeta, ensaísta e crítico de arte e literário, Sérgio Milliet, ao contrário, explicita no “Prefácio” do livro que traduz que vai deixar que o leitor decida se o autor que traduz é ou não confiável. Trata-se do jornalista francês Max Leclerc, que escreveu artigos publicados no *Journal des Débats* em 1889 e 1890, reunidos em *Cartas do Brasil*, livro publicado na Coleção Brasileira em 1942. Nesse “Prefácio”, há um movimento

interessante, em que Leclerc é apresentado, por um lado, como inovador e esclarecedor, mas, por outro lado, como colonialista e superficial. De acordo com Milliet (1942, p. 8), apesar de Leclerc trazer um importante testemunho sobre os primeiros anos da República, e sublinhar erros de nossa administração que não poderiam ser ignorados porque esclareceriam fatos ocorridos posteriormente, alguns de seus julgamentos seriam apressados e superficiais devendo, portanto, “ser postos em quarentena” (p. 8).

A tensão evidencia-se nos comentários do “Prefácio”. Apesar disso, Milliet (1942, p. 10) afirma que não vai analisar a obra em detalhes e deixará o leitor descobrir quais seriam as qualidades e os defeitos de *Cartas do Brasil* de Leclerc. Entende-se, então, que seu projeto é traduzir a obra sem comentários e que quem decidirá se Leclerc é perspicaz e esclarecedor ou suspeito e mal informado sobre o Brasil, seria o leitor. No entanto, o livro é pontuado por notas e algumas delas retrabalham a tensão que age no Prefácio. Rodrigues (2009) aborda as notas em que não há acolhimento da opinião do autor, especialmente aquelas em que Milliet defende o brasileiro do olhar estrangeiro. A autora evidencia que o tradutor não permite ao leitor descobrir os defeitos dos relatos de Leclerc, pois ele os aponta em notas, manifestando-se ante o que seria desconhecimento ou análise superficial do autor. Essa distância entre o explicitado no “Prefácio” e o praticado em certas notas, revelaria que se estabelece uma espécie de pacto com o leitor, na exteriorização da discordância em relação a certas afirmações de Leclerc. Entretanto, Rodrigues (2009) não analisa casos em que Milliet acolhe os sentidos que Leclerc atribui ao Brasil e aos brasileiros, ou seja, trechos em que ele não acrescenta notas quando o autor tece críticas. São vários esses momentos, mas três deles são representativos.

O primeiro deles é quando Leclerc relata sua viagem por estrada de ferro entre Rio e São Paulo. Teriam sido 596 km em 13 horas. Ele elogia a estrada, mas reclama que não segue em linha reta, “perdendo tempo e terreno em um país em que tais coisas são de pouca importancia” (LECLERC, 1942, p. 60). É curioso que Milliet não se manifeste sobre o estereótipo evocado por Leclerc de que, nos trópicos, tempo não é importante e que no Brasil há terra de sobra disponível. Ainda mais intrigante que não proteste porque, quando Leclerc comenta que, apesar do calor, o brasileiro vive e se veste à europeia (p. 47), Milliet escreve uma nota para dizer o que seria óbvio para seu leitor de 1942: que atualmente um estrangeiro não faria essa observação, pois os hábitos do carioca haviam mudado.

O segundo momento diz respeito à literatura e direitos autorais. O francês Leclerc faz a seguinte afirmação:

nossa literatura é muito apreciada no meio dessa mocidade que fermenta. Lêem-se os nossos poetas, os nossos mais modernos romancistas; não juraria que os compreendam

sempre a contento, mas conhecem-nos; citam-nos, recitam-nos e os amam. Estou certo de que [...] Emilio Zola e Georges Ohnet prefeririam que os apreciassem menos e os pagassem em dinheiro contado. (LECLERC, 1942, p.67)

Milliet não sai em defesa da intelectualidade brasileira, como nada diz a respeito dos direitos autorais que não parecem ser respeitados, pois não haveria “convenção literária” entre Brasil e França: “mal um romance sensacional aparece em Paris e já um grande jornal do Rio ou da província dêle se apossa, o traduz e o publica” (p. 67-68); em outras palavras, Leclerc denuncia que empresários brasileiros lucravam com os escritores franceses, pois os publicavam sem o devido pagamento de direitos autorais. Milliet não os defende, parecendo acolher a denúncia como verdadeira.

O terceiro momento em que Milliet acata Leclerc sem discussão é sobre o caráter de D. Pedro II ser influenciado pelo clima – e, quanto a esse aspecto, similar a todo brasileiro: “D. Pedro é brasileiro na alma, brasileiro no caráter; ao meio e à terra do Brasil devia talvez mais ainda que à hereditariedade familiar sua afabilidade [...] sua lentidão de tomar partido, [...] e a intermitente apatia e a mania de deixar tudo para o dia seguinte” (LECLERC, 1942, p. 134). Leclerc fala também em “indecisão de seu caráter” e em “falta de precisão nas idéias, defeito essencialmente brasileiro” (p. 139).

Ao não manifestar-se, Milliet poderia estar deixando que o leitor julgasse se os comentários seriam corretos. Entretanto, Rodrigues (2009, p. 8) informa que Milliet sublinha, em vários momentos, a superficialidade de Leclerc, assim como sua falta de informação sobre certos fatos. Assim, nesses três trechos acima, Milliet poderia estar concordando com o autor e assumindo como verdade que os intelectuais brasileiros nem sempre compreendiam os modernos romancistas franceses, que os direitos autorais não eram respeitados na época, que D. Pedro II seria efetivamente indeciso e que no Brasil não havia preocupação com tempo e com terras. Nesses casos, estaria acolhendo os sentidos do autor.

O trabalho do historiador Américo Jacobina Lacombe, que traduziu *Viagens aos planaltos do Brasil* do viajante e tradutor Richard Francis Burton (1941), tem características um pouco diferentes. No primeiro volume da primeira edição de sua tradução há apenas uma “Nota” (p. 7) curtíssima assinada por “O Tradutor”, em que consta a informação sobre como são assinaladas as notas do autor e as do tradutor, assim como um agradecimento aos revisores. No primeiro tomo da segunda edição, publicada em 1983, há um “Prefácio” sem identificação, que discorre sobre o autor, sua esposa e a estada do casal no Brasil. Na sequência há uma “nota preliminar” (BURTON, 1983, p. 17), assinada por “A. J. L.”, em que se explica que um dos relatórios de Burton havia sido incorporado à segunda edição do livro. As mesmas iniciais ocorrem na assinatura da orelha do livro, em

que Lacombe declara ser estranho que só em 1941 tenha sido traduzida “uma das mais curiosas excursões em nossa terra”. Afirma que os apontamentos do “imenso erudito, antropólogo, naturalista, folclorista e [...] arguto observador” Burton são sábios e “muito acima das simples preocupações com o pitoresco de grande parte dos viajantes contemporâneos”. Comenta duas de suas traduções para o inglês, a dos *Lusíadas* e a das *Mil e uma noites*, mas nada revela sobre sua própria tradução, feita, publicada em 1941, mas revista para a segunda edição. Ela é pontuada por muitas notas do tradutor, a maior parte delas constituídas de esclarecimentos de um historiador.

Apesar de muitas notas das duas edições assinalarem “em português, no original”, não há notas informando que Burton traduziu para o inglês, poemas e canções que aparecem no texto em português. Como elas foram analisadas por Rodrigues (2010), detenho-me em outro tipo de notas. São apenas duas notas, publicadas na segunda edição da obra, em que Lacombe nega os sentidos atribuídos ao Brasil por Burton. No capítulo em que Burton relata um passeio por São João del Rei, descreve uma escultura do Aleijadinho, diz que trabalhava com ferramentas ajustadas aos cotos e o compara a uma falecida Miss Biffin, inglesa que também não tinha braços (p. 200, v.1); Lacombe, em nota, protesta:

É chocante a incompreensão de um espírito culto e aberto como o de Burton em relação ao barroco brasileiro e, especialmente, ao Aleijadinho. [...] O caso do Aleijadinho se torna para ele o de uma miss Biffin qualquer. [...] Posição diametralmente oposta estão tomando os críticos de arte contemporâneos (v. Géo-Charles: *L'art baroque au Brésil*. Paris, Les ed. Intern 1956). (BURTON, 1983, p. 204)

Nota similar é acrescentada na página em que Burton descreve a matriz de São João del Rei: “O estilo é o barroco ou jesuítico antigo e lembra São Bento no Rio de Janeiro. É, porém, mais primitivo, sem elegância e grotesco” (Burton, 1983, p. 219). Lacombe intervém para controlar a interpretação do leitor, negando a apreciação estética do autor:

Causa estranheza que um homem da cultura universal de Burton não tenha tido a menor sensibilidade em relação ao barroco brasileiro, especialmente o mineiro. O Aleijadinho é por ele tratado de modo verdadeiramente desprezível. Não é esse o juízo de Germain Bazin (*L'architecture religieuse baroque au Brésil*, 2 vols., São Paulo-Paris, 1956-1958). (BURTON, 1983, p.224-225)

Seu movimento envolve expor seu choque e estranhamento por um autor avaliado como “espírito culto e aberto”, “homem da cultura universal” não ser sensível aos dons artísticos do Aleijadinho nem apreciar o barroco mineiro. Lacombe acolhe a erudição de Burton, mas desqualifica seu senso estético, em ambos os casos, apoiado por autoridades estrangeiras. Há acolhimento, mas há ruptura no plano estético.

Todos esses prefácios e notas evidenciam que não há uma única perspectiva adotada em traduções de obras similares, em que o estrangeiro promove a representação do doméstico. Nem há total acolhimento ao autor, nem total questionamento de seus

sentidos. Cascudo e Lacombe declaram sua admiração pelos autores que traduzem. Em suas traduções mostram-se acolhedores, mas não incondicionalmente: há ruptura em que os sentidos dos autores não são tão bem recebidos. Milliet e Carvalho, por outro lado, enunciam restrições aos autores, anunciando em seus prefácios que eles não são totalmente confiáveis. Isso significa privilegiar o ponto de vista do leitor, mas os dois tradutores imprimem diferentes rumos: Carvalho, sem anunciar, não tece comentários ao longo do texto; Milliet convida, no prefácio, o leitor a decidir sobre o grau de esclarecimento do autor, mas pontua seu texto com notas em defesa do brasileiro.

Essas características indicam algumas das inúmeras possibilidades que um tradutor tem ao lidar com um autor, com um texto a ser traduzido. Os paratextos que apresentei mostram interferências explícitas do tradutor, acolhendo, ou questionando o autor que traduzem. Ainda que esse tipo de intervenção explícita seja raro na contemporaneidade, isso não significa que os tradutores não mais interferem. No entanto, eles o fazem, do mesmo modo que os viajantes atribuem sentidos aos lugares que visitam.

Tradicionalmente, uma das questões que se colocava era qual seria o limite da liberdade do tradutor, esses limites seriam condicionados pela recuperação de sentidos do texto original ou das intenções dos autores. A pesquisa contemporânea, entretanto, vem disseminando a noção de que o tradutor não retira sentidos de um texto, mas os constrói. Para alguns, isso acarretaria a ausência de limites ou a total liberdade interpretativa do tradutor. Mas não é o que ocorre: trouxe traduções publicadas a partir de 1939 para evidenciar que os tradutores sempre produziram sentidos. Cascudo, Carvalho, Milliet e Lacombe são tradutores que inserem seus sentidos nos prefácios, nos textos ou nas notas, buscando estabelecê-los definitivamente. O resultado não é o pretendido, pois se abrem novas possibilidades de produção de significados. Ao acolher ou questionar o outro, o tradutor evidencia que forças conflitantes agem sobre ele, que é impossível estabelecer uma ética de princípios que seja válida para qualquer tempo e lugar, que possa regular o comportamento do tradutor. Um tradutor sempre se insere em seu texto, seja explícita ou implicitamente, sempre produz uma interpretação e passa a ser da ordem da responsabilidade *a priori* que um sujeito histórico e social tem com respeito ao outro que sua intervenção ocorre. A tradução é eminentemente uma prática criadora, uma atividade intelectual, em que a cada momento o tradutor pode elaborar novas formas de ação e de relacionamento – ético – com o outro.

REFERÊNCIAS

- BERMAN, Antoine. **L'épreuve de l'étranger**: culture et traduction dans l'Allemagne romantique. Paris: Gallimard, 1984.
- BURTON, Richard Francis. **Explorations of the highlands of the Brazil with a full account of the gold and diamond mines**. Boston: Adamant Media Corporation, 2003. Facsimile da edição publicada em 1869 por Tinsley Brothers, London. (v. 2).
- _____. **Viagens aos planaltos do Brasil (1868)**. Tradução de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Ed. Nacional, 1941. (v. 1).
- _____. **Viagens aos planaltos do Brasil**. Tradução de Américo Jacobina Lacombe. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983. (v. 3).
- CARVALHO, Alfredo de. Memórias de um oficial de caçadores. In: SEIDLER, Carlos. **História das guerras e revoluções no Brasil de 1825 a 1835**. Tradução e introdução de Alfredo de Carvalho. São Paulo: Ed. Nacional, 1939. p. 25-30.
- CASCUDO, Luiz da Camara. Prefácio do tradutor. In: KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução e notas Luiz da Camara Cascudo. São Paulo: Ed. Nacional, 1941. p. 9-28.
- CRONIN, Michael. **Across the lines**: travel, language, translation. Cork, Ireland: Cork University Press, 2000.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII**. 2009. 432 f. Tese (Livre-docência) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2009.
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução e notas Luiz da Camara Cascudo. São Paulo: Ed. Nacional, 1941.
- LECLERC, Max. **Cartas do Brasil**. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Ed. Nacional, 1942.
- MILLIET, Sérgio. Prefácio. In: LECLERC, Max. **Cartas do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1942. p.7-11.
- NIDA, Eugene. Linguistics and ethnology in translation problems. In: HYMES, Dell (Org.). **Language in culture and society**: a reader in linguistics and anthropology. New York: Harper and Row, 1964. p. 90-100.
- RODRIGUES, Cristina Carneiro. Prefácios e notas: dizer, agir, sentir. **Tradução em Revista**, v. 7, p.1-13, 2009.
- _____. Tradução anotada, autor-tradutor invisível: Richard Francis Burton na Brasileira. **TradTerm**, v. 16, 2010. (no prelo)
- SEIDLER, Carlos. **História das guerras e revoluções no Brasil de 1825 a 1835**. Tradução e introdução de Alfredo de Carvalho. São Paulo: Ed. Nacional, 1939.
- SIMON, Sherry. The language of cultural difference: figures of alterity in Canadian translation. In: VENUTI, Lawrence (Ed.). **Rethinking translation**: discourse, subjectivity, ideology. London: Routledge, 1992.
- VENUTI, Lawrence. **The translator's invisibility**: a history of translation. London: Routledge, 1995.
- _____. **Escândalos da tradução**: por uma ética da diferença. Tradução de Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

Cristina Carneiro Rodrigues

Doutora em Linguística pela UNICAMP. Professor assistente-doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de São José do Rio Preto. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Estudos da Tradução.

Publicou, em 2000, *Tradução e diferença*, editado pela Editora da UNESP. Membro do Grupo de Pesquisa Abordagens Multidisciplinares da Tradução (MultiTrad).